

■ PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU 87 PROPOSTAS NO 1º SEMESTRE

A Câmara dos Deputados aprovou neste semestre a reforma tributária (Proposta de Emenda à Constituição 45/19) para simplificar a tributação sobre consumo e serviços, reunindo tributos estaduais e municipais em um único imposto. Outros dois tributos federais também são criados para substituir os já existentes. A matéria está agora em análise no Senado.

Também na área de economia, os deputados aprovaram projeto de lei complementar (PLP 93/23) com novas regras para substituir o atual teto de gastos. A ideia é garantir correções da despesa em razão do crescimento real da receita e do cumprimento de metas de resultado fiscal. A votação das mudanças feitas pelo Senado à proposta ficou para agosto.

Outra matéria polêmica aprovada foi o projeto (PL 2384/23) que dá ao representante da Fazenda Nacional o voto de desempate no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), última instância de julgamento de questões tributárias na administração federal. O texto seguiu para exame do Senado.

Ao todo, o Plenário da Câmara aprovou no primeiro semestre do ano 46 projetos de lei, 17 medidas provisórias, 18 projetos de decreto legislativo, 3 projetos de resolução, 2 projetos de lei complementar e 1 proposta de emenda à Constituição (PEC).

MÁRIO JURUNA

Na semana em que marca o dia da morte de Mário Juruna, foi protocolado um projeto em sua homenagem e que tenta resgatar a memória da sua importante chegada ao Congresso Nacional e também registrar todo o seu legado. Ele foi o primeiro indígena eleito deputado federal, foi liderança que marcou a luta dos

povos indígenas na constituinte e abriu espaços para que chegássemos até aqui. A Deputada Célia Xakiabra é a primeira indígena a presidir uma comissão e propõe o nome de Mario Juruna ao plenário da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

■ SENADO REALIZA DIVERSAS VOTAÇÕES PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023

O primeiro semestre de 2023 terminou com um salto na produtividade legislativa do Senado. A Casa registrou um recorde de reuniões simultâneas das comissões no dia 31 de maio, quando 15 eventos foram realizados ao mesmo tempo. Com a criação de três novos colegiados, um total de 17 passaram a funcionar permanentemente na Casa. O número de 419 reuniões, presenciais e semipresenciais, tanto para análise de proposições quanto para audiências públicas, é uma demonstração do sucesso do Sistema de Deliberação Remota implementado pelo Senado durante a pandemia de covid-19 e que foi adotado pelos parlamentares após a volta dos trabalhos presenciais. O aumento da produção é um processo natural que resultou da possibilidade de os senadores votarem a partir dos próprios gabinetes, bem como da oportunidade de participação de convidados de audiências por videoconferência, por exemplo.

NOVAS COMISSÕES

Em junho, foram formalizadas mais três comissões permanentes: a de Esporte (CEsp), que se desvinculou da Comissão de Educação (CE), a de Defesa da Democracia (CDD) e a de Comunicação e Direito Digital (CCDD). Antes, a Casa contava com 15 colegiados. Com a mudança, esse número subiu para 17, uma vez que a CDD substituiu a extinta Comissão Senado do Futuro (CSF). O Projeto de Resolução (PRS) 63/2023, que proporcionou as mudanças, também redefiniu as competências e a denominação da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e da Comissão de Educação e Cultura (CE).

Além do recorde de eventos simultâneos nas comissões em 31 de maio, em junho 75 pareceres foram proferidos e votados pelos colegiados, totalizando 362 no semestre. Os colegiados fizeram 13 reuniões ordinárias, 220 extraordinárias, 16 conjuntas e 7 encontros da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. Ligada à CE, essa é a única subcomissão em funcionamento atualmente.

CPI DAS ONGS DEVE INVESTIGAR LAUDOS PARA DEMARCAÇÃO INDÍGENA

Representantes de organizações não governamentais, antropólogos, pesquisadores, integrantes do governo e ex-ministros devem ser ouvidos pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das ONGs (Organizações Não Governamentais) depois da volta dos trabalhos legislativos, em agosto. Instalada em junho, a CPI tem como foco a investigação de repasses de verbas públicas e privadas para organizações que atuam na Amazônia.

Em entrevista à Agência Senado, o presidente da CPI, senador Plínio Valério (PSDB-AM), afirmou que preten-

de ouvir, em breve, antropólogos que podem esclarecer mecanismos de atuação das ONGs na Amazônia. Segundo o senador, há profissionais que se opuseram ao trabalho das ONGs e foram afastados. Outros, que também devem ser ouvidos, são responsáveis por laudos para embasar a demarcação de terras indígenas.

Um dos requerimentos já aprovados pela comissão é de convocação da antropóloga Deborah de Magalhães Lima. Doutora em antropologia pela Universidade de Cambridge, ela é integrante do Conselho de Gestão Estratégica do ISA, organização da sociedade civil de interesse público que atua em comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas. O requerimento, assinado pelo presidente da comissão, já foi aprovado, mas a data da oitiva ainda não foi marcada.

CONVOCAÇÕES

Além da convocação da antropóloga, há outros requerimentos aprovados pela comissão. Até agora, foram 96 aprovados – a maioria com convites, convocações e pedidos de informações.

Entre os pedidos aprovados estão convites para que compareçam à CPI:

- **Marina Silva**, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- **Luiz Fernando Corrêa**, diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência);
- **Rodrigo Agostinho**, presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis);
- **Ricardo Salles** (PL-SP), deputado e ex-ministro do Meio Ambiente do governo de Jair Bolsonaro (PL);
- **general Augusto Heleno**, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

As solicitações também incluem representantes do TCU (Tribunal de Contas da União) e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O colegiado também aprovou requerimento de convocação para ouvir João Paulo Brotto Gonçalves Pereira, ex-presidente da Natura. No texto, Plínio Valério cita a compra, pela empresa, de sementes da Coomflona (Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós). Além dele, devem ser convocados o presidente do Conselho de Administração da Fundação Amazônia Sustentável, Benjamin Benzaquen Sicsu, e o antropólogo francês Bruce Albert, um dos fundadores da ONG Comissão Pró-Yanomami.

Também há vários pedidos de informação aprovados e já enviados pela CPI. São para órgãos como ministérios, Receita Federal, Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), TCU, BNDES, Ibama, ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Polícia Federal, governos estaduais, prefeituras, cartórios e organizações que atuam na Amazônia.

COMISSÃO

Instalada em junho, a comissão investiga as atividades de organizações não governamentais financiadas com dinheiro público na região da Amazônia. O responsável pelo relatório é o senador Marcio Bittar (União Brasil-AC).

Até agora, a CPI fez 4 reuniões –3 delas com oitivas. De acordo com Plínio Valério, a comissão está seguindo o planejado e já ouviu, até agora, 6 líderes indígenas. Entre as denúncias que já surgiram nas oitivas estão a falta de transparência no trabalho das ONGs e a exploração de indígenas na colheita de sementes de copaíba e andiroba, usadas na indústria de cosméticos.

Também foi ouvido o ex-deputado federal e ex-ministro Aldo Rebelo. Ele criticou a atuação das ONGs na Amazônia e as acusou de formar um “Estado paralelo de comando” na região, como relatou o presidente da comissão.

LANÇAMENTO DA PRIMEIRA VERSÃO DA CONSTITUIÇÃO EM LÍNGUA INDÍGENA

Foi realizado o lançamento da primeira versão da constituição em uma língua indígena. É um avanço no sentido do reconhecimento das nossas culturas, dos nossos povos e um gesto de respeito às nossas tradições. A Presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), ministra Rosa Weber, lançou a 1ª tradução oficial da Constituição Federal em língua indígena em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. A ministra Cármen Lúcia também participou do evento assim como a Ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara. A iniciativa integra uma série de atividades das ministras dedicadas aos indígenas. A tradução da Constituição foi feita por bilíngues da região do Alto Rio Negro e Médio Tapajós, na língua Nheengatu. Celebramos a iniciativa do judiciário e reforçamos a urgência de estarmos em todos os espaços, de levarmos nossa cultura para todos os lugares.

CACIQUE RAONI FARÁ EVENTO HISTÓRICO EM SUA ALDEIA PARA FORTALECER LUTA INDÍGENA

O líder indígena, Raoni Metuktire, está convocando caciques e lideranças de várias etnias e Estados para a nova fase de luta pelos direitos indígenas. As ameaças que chegam do Congresso e a votação do Marco Temporal no STF indicam ao chefe caiapó (como dizem os

brancos) que é hora de unir as velhas e novas gerações indígenas e fortalecer a resistência.

O “Chamado de Raoni” acontecerá entre 24 e 28 de julho, na aldeia Piarçu, no Mato Grosso, onde vive o cacique mais famoso do Brasil. A grande reunião, talvez o maior evento já promovido em uma aldeia indígena, abre com três dias de conversas entre lideranças de todas as regiões. “Precisamos estar unidos e nos fortalecer”, diz o líder indígena em entrevista ao Valor.

O evento é fechado aos convidados de Raoni. São muitos – algo entre 500 a 700 pessoas. Todos dormirão em redes. A aldeia está em efervescência – constroem-se novas malocas e até estruturas de palha para vips que não se sentem à vontade de tomar banho no rio.

Nos últimos dois dias virão os não-indígenas.

CNJ E ENTIDADES PARCEIRAS ORGANIZAM AÇÃO PARA PROMOVER ACESSO À JUSTIÇA E À CIDADANIA NA AMAZÔNIA LEGAL

Promover acesso à Justiça e à cidadania, assegurando direitos básicos à população que vive em regiões remotas. Esse é o objetivo do Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, que realizou entre os dias 17 e 21 de julho, no município de São Félix do Xingu (PA). Desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho da Justiça Federal (CJF), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a ação conta com a participação de diversos parceiros, entre os quais os Ministérios da Defesa, do Trabalho e Emprego, da Justiça e da Segurança Pública, dos Povos Indígenas, além de outros, e também conta com a adesão de diversas autarquias, dentre elas o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O programa surgiu da necessidade de ampliar a atuação do Poder Judiciário na região da Amazônia Legal, caracterizada pela dificuldade de deslocamento entre municípios. Os serviços que serão disponibilizados à população de São Félix do Xingu estão voltados à garantia dos direitos fundamentais, especialmente acesso à Justiça.

Para a realização das ações, foram estabelecidos quatro eixos de atuação: produção de dados; ambiental; acesso à Justiça e cidadania; e trabalho seguro. A premissa do programa é realizar, de forma periódica e colaborativa, ações itinerantes em áreas da Amazônia Legal nas quais seja identificada pouca presença do Estado e litígios de grande repercussão e complexidade.

De acordo com a organização do programa, a medição dos indicadores deve levar em consideração o número de parceiros envolvidos; o nível de satisfação com o atendimento; o número de demandas não atendidas e motivos do não atendimento; a quantidade de processos julgados; de acordos homologados; e de atendimentos realizados.

CIMI LANÇA RELATÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL COM DADOS DE 2022

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lança na próxima quarta-feira (26), às 15h, o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2022. O evento de lançamento da publicação anual do Cimi ocorrerá na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília (DF), e será transmitido ao vivo pelo canal de youtube do Cimi.

O Relatório, organizado em três capítulos e 19 categorias de análise, apresenta um retrato das diversas violências e violações praticadas contra os povos indí-



AMAZÔNIA NO CONGRESSO

O presente informe tem por finalidade socializar o cronograma de atividades relativas à Amazônia, pautadas pelo Congresso Nacional, para a semana corrente e não tem por objetivo ser um subsídio de reflexão. O informe é uma produção da REPAM-Brasil em parceria com a Comissão Episcopal para a Amazônia.

Semana 24 a 28/7, 2023, nº 73

genas em todo o país. Para a produção do documento foram sistematizados dados obtidos através de informações dos regionais do Cimi, de comunidades indígenas e de veículos de comunicação, além de fontes públicas oriundas da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e de secretarias estaduais de saúde.

O levantamento reúne dados sobre violações contra os direitos territoriais indígenas, como conflitos, invasões e danos aos territórios; violências contra a pessoa, como assassinatos e ameaças; e violações por omissão do poder público, como desassistência nas áreas da saúde e da educação, mortalidade na infância e suicídios.